

# JUVENTUDE REBELDIA SOCIALISTA

Ano II nº05 - maio/junho de 2008  
Contribuição: R\$ 0,50

Encarte do jornal Espaço Socialista

## REUNI

### MUDANÇAS PARA A PRIVATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O REUNI, criado por decreto do Governo Federal, estabelece as metas que as universidades federais deverão cumprir se votarem pela sua aprovação. Em contrapartida, o governo promete verbas que representam aproximadamente 20% dos recursos anuais já garantidos para as Instituições de Ensino Superior Públicas do país.

“Aumento dos recursos para a educação? Que ótimo! Quem poderia ser contra?” dizem os mais interessados na aprovação do REUNI.

O debate sobre o REUNI nas universidades não pode ser feito às pressas, como tem sido a prática das reitorias. Devem ser respondidas algumas perguntas antes de se decidir sobre a proposta: quais são, concretamente, as mudanças para as universidades? Como se dará o aumento dos recursos após a implementação das metas?

Algumas das mudanças propostas com o REUNI são: alcançar índice de aprovação de 90% dos estudantes; aumento do número de alunos por professor a uma relação de 18/1.

Quanto ao índice de aprovação de 90%: se fosse possível, seria ótimo! Na verdade essa proposta do Governo Federal não incentiva as universidades a desenvolverem programas pedagógicos mais eficazes. O que se pretende é a aprovação facilitada, quase nos moldes da educação pública de nível básico, em que crianças são aprovadas automaticamente, sem ao menos terem aprendido a ler e escrever.

Quanto ao aumento do número de estudantes por professor: tal mudança significa a perda na qualidade do ensino.

Não se pode aumentar o número de alunos e manter o de professores sem que as aulas não sejam prejudicadas. Note que a manutenção dessa mudança dependerá, crucialmente, do índice de aprovação de 90%, mesmo que forçado, pois a precarização da universidade será mascarada com a baixa reprovação.

Sobre os recursos prometidos pelo Governo: só virão depois de cumpridas as metas estabelecidas. Se a reitoria não conseguir cumprir as metas – de aumento do número de alunos, sem aumento do número de funcionários e com a aprovação forçada de 90% dos estudantes – nenhum centavo será enviado pelo Governo. Além disso, 60% dos recursos prometidos, se as metas forem cumpridas, só serão disponibilizados após cinco anos da adesão ao REUNI, quando o Poder Executivo Federal já estiver sob comando de outra gestão.

Mesmo assim, as reitorias das universidades federais por todo o país es-

tão tentando aprovar, a toque de caixa, a adesão ao REUNI, reprimindo os estudantes, funcionários e professores organizados que oferecem resistência aos planos de aprovação.

#### A QUESTÃO CENTRAL EM RELAÇÃO AO REUNI: O QUE VAI SER DO ENSINO PÚBLICO?

As reitorias das universidades onde o REUNI foi aprovado já estão aplicando mudanças que alteram substancialmente o modelo de Ensino Superior Público que conhecemos hoje no Brasil.

Para atingirem as metas, que prevêem a expansão das vagas nas universidades, mas não destina recursos para a contratação de novos funcionários e professores, o REUNI propõe que as reitorias diminuam a duração dos cursos. A consequência disso será a formação de muitos



bacharéis, mas com formação incompleta. Tal desvirtuamento do Ensino Superior Público, abre um mercado lucrativo para as instituições privadas de ensino superior: os cursos de complementação.

## AMPLIANDO O MERCADO

As mudanças introduzidas no ensino superior através do **REUNI** são a afirmação do Governo Lula em seguir privilegiando o capital privado investido no ensino superior. Primeiro foi o socorro às universidades privadas que ampliaram o número de vagas, de acordo com seus próprios interesses, com o apoio do **PROUNI**<sup>1</sup> que financia, com dinheiro público, as vagas não competitivas, ociosas ou que despertam pouco interesse dos vestibulandos.

Agora segue a cartilha dos governos de Collor e FHC ao retirar do Estado os ramos de atividade que podem ser lucrativos para a iniciativa privada. Nesses “nichos de mercado” a oferta de serviços públicos de qualidade significa concorrência com o capital privado investido. Portanto, quem queria ganhar dinheiro com uma universidade particular teria que investir muito mais capital se tivesse que concorrer com universidades públicas de qualidade e acessíveis, mas se as públicas estiverem precarizadas e desmoralizadas aí a taxa de investimento cai para “níveis aceitáveis”.

Essa é a lógica em longo prazo do REUNI. Com a precarização das universidades federais quem quiser qualidade de ensino terá que pagar; quem não puder pagar o Estado oferecerá os cursos com baixa procura cadastrados no PROUNI e os cursos

das federais, que em longo prazo não oferecerão concorrência para as universidades privadas. O que já acontece na relação entre a rede pública de ensino (fundamental e médio) e as escolas particulares.

## E O MOVIMENTO ESTUDANTIL?

A luta por melhores condições de ensino, por mais verba para educação, mais vagas oferecidas pelo Estado sempre foram bandeiras do movimento estudantil e de sua principal entidade, a UNE.

O diferencial é que desde a eleição do Governo Lula, em 2002, o que tem marcado a atuação da UNE (União Nacional dos Estudantes) é o apoio incondicional que a direção da entidade tem dado a todas as medidas adotadas por este Governo.

A luta por mais vagas e mais verbas para educação foi canalizada pela UNE no apoio incondicional ao PROUNI e na transferência de recursos públicos para as universidades privadas. Se considerarmos que mais vagas e mais verbas para educação passou a significar mais dinheiro público nos bolsos dos donos das universidades podemos entender que a direção da UNE teve uma vitória, pois é isso que o apoio ao PROUNI significa.

Vemos que temas tão debatidos nos congressos da UNE e defendidos em seus materiais — como a democratização das instâncias de decisão nas universidades públicas, o fim do vestibular e a garantia de acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade — serem substituídos pelo apoio, também incondicional, à

Reforma Universitária. Mas, não poderíamos esperar nada diferente disso de uma entidade controlada ferreamente por dois partidos que compõem a base do Governo Lula, PT e PCdoB.

É devido a esse controle e as transformações que sofreu ao longo de anos para adaptar-se aos interesses de quem está no governo que vemos a UNE assumir o papel de facilitadora e de propagandista de empresas que contratarão uma futura mão-de-obra a ser disponibilizada ao mercado. Podemos observar nas ocupações de reitorias (USP, Fundação Santo André, UNB e várias federais) que essa entidade não disponibilizou sua enorme estrutura para divulgar a luta dos estudantes, ao contrário, fez de tudo para se manter distante dos estudantes em luta e não se envolver em ações que poderiam indispor-la com o Governo Federal.

Frente a essa deliberada apatia de uma UNE chapa branca, só resta aos estudantes lutadores investirem suas forças na construção de instrumentos e coordenações de luta como a Conlute e a Conlutas que sirvam de apoio às lutas concretas (ocupações de reitorias, greves de alunos e professores). Somente com entidades combativas poderemos unificar as lutas e retomar as bandeiras históricas do movimento estudantil: vagas para todos, fim do vestibular, investimento do dinheiro público em universidades públicas, real inclusão e permanência dos estudantes trabalhadores, negros e indígenas no ensino superior, além de lutar por um modelo de universidade que sirva às necessidades de um país que ainda enfrenta epidemias de dengue, que forma alunos que não sabem ler e escrever, que tem um enorme contingente de jovens morrendo vitimados pela violência do tráfico e da polícia nas periferias, que necessita urgentemente de uma reforma urbana para acabar com espaços vazios nos centros das grandes cidades e com as precárias condições de vida nas favelas. O movimento estudantil que está vivo não compactua com o governo Lula e não aceita suas Reformas!



1) PROUNI: Programa Universidade Para Todos

# ENSINO SUPERIOR: PRA ONDE VAI E O QUE QUEREMOS?

No final do ano de 2007 foi divulgado, pelo governo federal, o censo do ensino superior de 2006. Lidos pelo governo e pelos donos das instituições privadas de ensino são um sucesso, mas quando confrontamos esses dados com as necessidades da classe trabalhadora, é fácil verificar que a educação pública no país é elitista e direcionada aos interesses da burguesia, onde as melhores escolas e universidades – públicas e privadas – são acessíveis só para os filhos da burguesia e para pequenos setores da classe média.

Começo de ano e milhões de pessoas chegam à universidade deslumbrados com novas possibilidades para a sua vida. Mas que sistema de ensino encontram?

## UM SISTEMA DE ENSINO QUE EXCLUI OS POBRES

O processo de seleção, sob a aparência e discurso de que é democrático, direciona “naturalmente” à exclusão dos indesejados. Se a universidade é pública, o sistema de vestibular é direcionado para os que cursaram o ensino médio nas melhores escolas particulares, que por serem muito caras, já se constituem como uma peneira, ou seja, estuda quem tem muito dinheiro. A elitização do ensino no país ganhou dimensões tão alarmantes que o fato de estudar em escola particular sequer é garantia de passar no vestibular,



o que demonstra que mesmo setores da classe média também são excluídos nesse processo.

O vestibular é o sistema mais antidemocrático de acesso à universidade. Primeiro: se ele existe é porque não há vagas para todos, ou seja, o Estado não supre a necessidade da sociedade. Segundo: o fato de que todos fazem uma mesma prova não quer dizer que está havendo qualquer tipo de igualdade. Alguns fatores devem ser considerados, como a qualidade do ensino de base (com profundas diferenças entre o público e o privado); enquanto alguns trabalham, outros só estudam; enfim, vários elementos que formam uma desigualdade entre os pretendentes à universidade.

Outra forma de exclusão, própria de uma sociedade capitalista, é o valor das mensalidades, com valores que ultrapassam R\$ 2000,00. São faculdades como a GV-SP ou Economia da PUC-RJ, que são voltadas exclusivamente para a formação de quadros para a administração dos bens da burguesia. Ou seja, a peneira aqui não esconde os seus objetivos: formar os filhos da burguesia para perpetuar a exploração. Outras faculdades particulares também oferecem esses cursos – como administração –, mas são voltadas para a formação de uma força de trabalho que vai se colocar à disposição do mercado e não para decidir. A mesma estrutura privada forma de um lado os que vão decidir – os patrões – e os que vão executar – os trabalhadores –, funções vitais para o capital.

É evidente que o sistema universitário público também cumpre essa mesma função, mas o controle da burguesia é indireto e a política de sucateamento do ensino público também pode atingir esses cursos. Esses “centros de excelência” em educação existem para que o capital não corra

riscos de se perpetuar essa divisão intelectual do trabalho entre dirigentes e dirigidos.

A orientação elitista do ensino superior no país também pode ser demonstrada pela distribuição das vagas nas instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Enquanto 70% das vagas das privadas estão no período noturno, nas públicas esse número é o inverso, com 63% das vagas do diurno, ou seja, enquanto nas privadas estão os que trabalham, nas públicas, a maioria, por sua origem social, não trabalha e pode se dedicar mais tempo aos estudos.

Sobra ainda as IES particulares que constituem o que chamamos de “uni-shopping”, especializadas em oferecer ensino de baixíssima qualidade e com preços “mais acessíveis”. Surgiram na vaga deixada pela falta de investimento do governo na área da educação. O governo e os donos dessas escolas dizem que isso é o reflexo do aumento de vagas no ensino superior. Nós continuamos a dizer que é um reflexo da própria exclusão dos pobres e trabalhadores de um ensino de qualidade.

Portanto, a universidade nada mais é do que a reprodução das relações de exploração e opressão que vigem na sociedade capitalista, ou seja, a universidade no Estado burguês também é burguesa.

## SUCATEAMENTO E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

No sistema público a precarização ganha dimensões assustadoras. No ensino fundamental e médio o corte de verbas, a demissão de professores, a política de promoção automática e as sucessivas reformulações curriculares formam a própria cara da exclusão. É

uma demonstração da capacidade de artimanhas da dominação burguesa: cria-se o sistema de vestibular, supostamente democrático em que todos têm “a mesma chance” e ao mesmo tempo precariza-se o ensino público de base (formado majoritariamente por pobres) que enterra de vez qualquer possibilidade de que os jovens pobres cheguem à universidade pública.

No ensino superior a precarização e o sucateamento também são a regra, onde os sucessivos cortes de verbas

bolsa) do governo Lula, visa destinar vagas no ensino superior para uma parcela da população que é pré-selecionada pela nota obtida no ENEM e depois pela existência de vagas do curso que foi escolhido. Ninguém seria contra que o governo ofereça vagas nas universidades para a população pobre. A questão está nos mecanismos utilizados, na qualidade e em quem é mais favorecido.

As universidades/faculdades que aderem ao programa ganham isenção fiscal para alguns impostos, ou seja, o governo abre mão de arrecadar esses impostos. Segundo a revista do SINPRO-ABC, em troca de 112 mil bolsas no ano de 2005 (no segundo semestre de 2007 foram oferecidas 55 mil bolsas), o governo abriu mão de arrecadar R\$ 839 milhões, enquanto que para abrir mais 520 mil vagas nas universidades federais seria necessário entre R\$ 800 milhões e

R\$ 1 bilhão, ou seja, com praticamente o mesmo valor poderia criar praticamente cinco vezes mais vagas nas universidades públicas.

Os dados relativos ao censo de 2006 e publicados pelo INEP são bastante esclarecedores principalmente no tocante ao número de IES. Em 1991 havia 671 IES privadas com 354 mil vagas; e 221 públicas (federais, estaduais e municipais) com 162 mil vagas. As mudanças nas relações de produção capitalistas que passaram a exigir novas qualificações, fizeram com que uma parcela importante dos trabalhadores fosse para a faculdade. Ai entra o favor do governo para as IES privadas, pois o Estado adotou uma série de medidas, como o corte de verbas para o ensino público e o sucateamento da infraestrutura, que abriu caminho para as IES privadas atuarem. O crescimento das IES privadas é flagrante, pois enquanto as IES públicas saltaram para apenas 231 (federais, estaduais e municipais) com 312 mil vagas, as IES privadas triplicaram os números com 1954 instituições e mais de 2.100.000 vagas.

Outra política “de inclusão” do governo Lula é a política de cotas nas universidades. Trata-se de mais uma mentira para os negros e os outros setores “beneficiados” com essa política, porque ainda mantém a imensa maioria dos negros fora da universidade, pois os dados do próprio governo indicam que menos de 2% dos estudantes das universidades públicas são negros. Somos a favor das cotas, mas não como solução para a exclusão dos negros das universidades. Só com a estatização de todo o ensino do país e a transformação em ensino público e para todos é que os negros, índios e pobres terão acesso à universidade.

Pode-se alegar que esses fatos não pertencem todos ao governo Lula, mas que também são heranças do governo FHC. Isso é verdade, assim como também é verdade que Lula continuou com os mesmos planos para a educação no país, sem mudar absolutamente nada do programa FHC. Tal semelhança no programa nos permite dizer que esse mandato do Lula é como se fosse o 4º mandato de FHC.

O QUE DEFENDER?

A primeira e mais importante das lutas e que serve como referencial para as demais é a luta pela educação pública e gratuita para todos. Isso significa que todas as escolas/faculdades particulares devem ser estatizadas e colocadas sob controle dos trabalhadores. A estatização sob controle dos trabalhadores é a única garantia de expansão do ensino público em todos os níveis para que todos tenham acesso, sem necessidade de vestibular e cota, ao sistema de ensino de qualidade e voltado para os interesses da maioria da população.

Essa é a luta estratégica e todas as demais lutas devem estar subordinadas a esse objetivo. Está colocada para os revolucionários a tarefa de primeiro denunciar esse modelo de universidade, e depois elaborar um programa que trate a educação, em todos os níveis, como um bem coletivo e um instrumento de transformação social e espaço de produção de conhecimento e desenvolvimento humano. Mas isso só poderá acontecer no socialismo.



levam à falta de professores, deterioração dos equipamentos e políticas de “autonomia” que levam à privatização de setores-chave da universidade como a pesquisa e a pós-graduação. A lei de inovação tecnológica, de iniciativa do governo Lula, permite tais parcerias na produção de conhecimento, ou seja, escancara as portas das universidades públicas para o capital privado. Nesses casos, um bom exemplo é a USP, que abriu laboratórios de pesquisa para empresas privadas (um dos laboratórios passou a ser utilizado para pesquisas para Avon) e a permissão de funcionamento de fundações privadas de “apoio” que vendem pesquisas, serviços e cursos utilizando infra-estrutura e o próprio prestígio da universidade pública.

O ESTADO BRASILEIRO E LULA FAVORECEM O ENSINO PRIVADO

Lula favorece o lucrativo sistema de ensino privado. Vejamos os dados do próprio governo federal. O PROUNI, mais um dos “programas sociais” (uma